

## Senado aprova Projeto de reajuste e envia para sanção presidencial

O Senado Federal aprovou na noite de 12 de julho o PLC 33/2016 que, entre outras questões, trata do cumprimento do Termo de Acordo celebrado entre os Fiscais Federais Agropecuários e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), ainda em 2015, concedendo reajuste e alterando a denominação da carreira.

Dois dias depois, a Secretaria de Expediente do Senado Federal enviou para o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, o pedido de sanção do PLC. A partir daquela data, o prazo para sanção presidencial e posterior efetivação dos itens acordados com o Governo, era de até 15 dias úteis. Até o fechamento desta edição, o Projeto ainda aguardava a assinatura, dentro do período previsto.

A tramitação do PLC no Senado foi intensa. Ainda pela manhã, do dia 12 de julho, representantes do Anffa Sindical acompanharam a sessão da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), onde foi apreciado o relatório do senador Wellington Fagundes (PR-MT). Nele, o relator sugeriu a aprovação do texto original, enviado pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados, e a rejeição de todas as emendas apresenta-

das. Aberta a votação, o relatório foi aprovado pela unanimidade, assim como o pedido de urgência para a sua tramitação, que foi enviado imediatamente ao Plenário.

À tarde, todos os projetos que tratavam dos acordos com o funcionalismo público e que já haviam sido aprovados pelas Comissões, inclusive o PLC 33/2016, foram votados em Plenário.

**Nomenclatura** - Com a sanção presidencial, a carreira de Fiscal Federal Agropecuário terá a sua nomenclatura alterada para "Auditor Fiscal Federal Agropecuário". A mudança, uma antiga reivindicação da categoria que contemplava a pauta administrativa junto ao ministério da Agricultura, traz a verdadeira definição das atividades realizadas pela carreira, valorizando e reconhecendo, assim, os serviços prestados à sociedade.

Em se tratando da pauta remunera-



Foto: Ana Volpe/ Agência Senado

ratória, a sanção presidencial contemplará a demanda dos FFA's, ao conceder um reajuste de 10,8%, divididos em duas parcelas: a primeira, de 5,5%, já para os vencimentos do mês de agosto de 2016 (a serem pagos em setembro) e a segunda, de 5,0%, para os vencimentos do mês de janeiro de 2017 (a serem pagos em fevereiro de 2017).

O Anffa Sindical parabeniza seus filiados que, há anos, acreditam na força do trabalho conjunto. E agradece ao empenho de todos que, de alguma maneira, dedicam seu tempo e seus esforços na luta em prol de uma carreira mais forte e reconhecida.

### Categoria comemora 16 anos

Confraternização ocorreu em diversos estados e reuniu filiados e familiares. Entre os eventos, almoços promovidos pela Delegacias Sindicais e palestras sobre as perspectivas para a carreira.

### Sindicato aponta soluções para entraves do Brasil

A solução para a corrupção, a crise política e econômica, foi foco de debates durante o evento Diálogos Congresso em Foco, ocorrido dia 14 de julho, com a presença do Anffa Sindical. Ao final, um documento foi produzido com sugestões ao Congresso Nacional.

## Categoria comemora 16 anos de existência



Confraternização dos filiados no Acre

**A**s comemorações das DS (Delegacias Sindicais) em razão do aniversário da carreira de FFA (Fiscal Federal Agropecuário), celebrado em 30 de junho, marcaram o mês. Os filiados da DS do Piauí comemoraram, ao lado de familiares, com jantar em restaurante da cidade.

Já a DS de Rondônia, que também confraternizou em um restaurante local, contou com a participação de colegas da SFA (Superintendência

Federal da Agricultura) do Estado e da Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira).

Por sua vez, os FFA's pertencentes à Seção Sindical de Itajaí (SC) reuniram-se em um sítio, onde comemoraram com um costelão em fogo de chão e leitão à pururuca.

Em São Paulo, 38 FFA's comemoraram os 16 anos de criação da carreira durante um almoço promovido pela DS (Delegacia Sindical) local,

em um restaurante da cidade. O encontro contou com a participação de colegas lotados na SFA/SP, SVA Guarulhos e Metropolitana. Os FFA's vinculados ao Lanagro também lembraram a data festiva em um restaurante. Na oportunidade, o representante sindical, Fernando José Pires esteve junto aos 11 colegas.

Em várias ocasiões, a categoria debateu sobre as perspectivas para a carreira.



Confraternização dos filiados em SP



Confraternização dos filiados em MG

## ESPAÇO DO APOSENTADO E PENSIONISTA

POR: JOSÉ LUIZ CASTILHOS

**E**stamos recebendo diariamente pedidos de informação sobre o “Processão” 2001.34.00.035083-1. Infelizmente, não foi expedido nenhum precatório até 30 de junho de 2016, data limite para ser paga em 2017.

- Temos que receber a chamada 2ª parte, ou seja, de junho de 2004 a dezembro de 2007, uma vez que a 1ª parte, de 2001 a 2004, nós recebemos em 2010. São 84 processos com cerca de 20 colegas cada um. A justiça está dando parecer favorável, mas a União está ingressando com recursos que estão sendo encaminhados ao TRF-1.

- O certo é que em 2017 não será paga porque a União não está concordando com os cálculos. Por isso, vamos torcer e trabalhar muito para que saia em 2018. Lamento muito ter que dar esta notícia, mas não devo e não transmito ilusões.

- Quanto aos meses de janeiro a março de 2008, que é outro processo, este foi remetido à contadoria para que sejam atualizados os cálculos.

- Continuam querendo dar golpes nos aposentados e pensionistas, oferecendo recursos que estariam a disposição nos bancos e que só seriam liberados mediante a um pagamento antecipado. Pessoal, isto não existe. Recebo semanalmente indagação a este respeito. É golpe e, se por acaso houver algum recurso a receber, o nosso Sindicato ficará sabendo e comunicará a todos os interessados. Na dúvida, continuem entrando em contato comigo. Estou aqui para esclarecer.

- Neste 2º semestre faremos diversos cursos e encontros de Aposentados e Pensionistas junto às Delegacias Sindicais. As Delegacias e Seções Sindicais que tiverem interesse entrem em contato com o nosso Sindicato (Diretoria de Aposentados e Pensionistas).

- A EC 41 (Emenda Constitucional), de dezembro de 2003, foi um marco muito grande nas aposentadorias e pensões. Quem entrou no serviço público antes disso poderá ter seus proventos com paridade. Quem entrou depois, não terá.

- Outro marco foi para quem ingressou após fevereiro de 2013, quando foi criado o Funpresp (Fundo de Pensão para servidores públicos). Estes só terão garantia até o limite do teto da RGPS (Regime Geral de Previdência Social = INSS) e se quiserem melhorar a aposentadoria, terão que contribuir para este fundo.

A EC 41 também criou a contribuição para o INSS de aposentados e pensionistas, que até então eram isentos.

- Vamos ficar atentos porque vem “bomba” por aí. Fala-se em outra reforma da Previdência, que certamente não será para beneficiar os funcionários e, sim, arrecadar mais.

José Luiz Castilhos

Diretor de Aposentados e Pensionistas

E-mail: [aposentados@anffasindical.org.br](mailto:aposentados@anffasindical.org.br)

Fone: (61) 99135-0867

## O Anffa somos nós

A homenagem do quadro “O Anffa somos nós” deste mês traz informações do corpo funcional da DS (Delegacia Sindical) de Mato Grosso do Sul.

Desde janeiro deste ano, as edições do informativo prestigiam os funcionários da entidade, incluindo os colaboradores da sede, em Brasília, e de todas as regiões onde houver Delegacias Sindicais e Seções Sindicais.

Conheça um pouco mais sobre a colega em destaque este mês:



**Cláudia**

Assistente Administrativo

Na DS/MS desde 2010

## Sindicato debate entraves no Brasil e produz documento-base

A busca para solução de diversos entraves no Brasil, no que diz respeito à crise política, econômica e moral, foi a proposta do grupo de comunicação Congresso em Foco, ao realizar, dia 14 de julho, um debate entre diversos setores da sociedade, entre elas entidades sindicais, incluindo o Anffa Sindical.

A intenção do projeto, denominado Diálogos Congresso em Foco, foi proporcionar um ambiente favorável para que, divididos em grupos, os participantes pudessem falar dos desafios e construir juntos um documento a ser encaminhado ao Congresso Nacional com uma série de alternativas para as questões abordadas.

“Vimos essa experiência sob uma ótica muito positiva, uma vez que as discussões buscaram soluções com lucidez. Porém, acredito que o evento apenas deu um pontapé inicial que deve ter sequência para que as mudanças sugeridas virem realidade”, defendeu o vice-presidente do Anffa Sindical, Marcos Lessa.



O diretor de Relações Institucionais, Alfredo Dantas, endossou a observação de Lessa: “O ambiente foi propício para avançarmos em questões caras para a sociedade, como, por exemplo, a preservação



e o fortalecimento das atividades e dos mecanismos de fiscalização e controle, o que contribui para evitar a terceirização em diversos setores”, disse.

Os dois dirigentes participaram do grupo que discutiu encaminhamentos para o combate à crise política no país. Entre as propostas que foram incluídas no documento final estão a que aperfeiçoa a Lei da Ficha Limpa; a que sugere maior agilidade no julgamento de ações eleitorais pelas diferentes instâncias da Justiça Eleitoral; e a de elaboração de um projeto de reforma política que contemple aprimoramento dos instrumentos de controle e participação política, com barateamento do funcionamento do sistema político e eleitoral e fortalecimento do sistema partidário.

Já o diretor de Comunicação e Relações Públicas da entidade, Roberto Siqueira Filho, esteve junto com os outros representantes da sociedade no grupo que debateu a crise econômica. A realização de uma reforma tributária e do sistema previdenciário, o estímulo às pequenas e microempresas e à

área de infraestrutura para redução do desemprego, e a adoção de estratégias que proporcionem o desenvolvimento sustentável foram alguns dos tópicos incluídos no documento-base pelos participantes. O texto também traz sugestões para o combate à corrupção.

Os debates contaram com a participação dos senadores Cristovam Buarque (PPS-DF) e Ana Amélia (PP-RS) e dos deputados Luiz Couto (PT-PB), Mendes Thames (PV-SP), Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Marcus Pestana (PSDB-MG), Cláudio Cajado (DE-BA), Carlos Mannato (SD-ES) e Renata Abreu (PTN-SP).

Além das lideranças políticas e sindicais, participam representantes do Sinprofaz, da APCF, da Anape, do IPOL/LAPCIPP, do UOL, do Conic, do SindGESTOR, da Anabb, da Transparência Internacional, da Anfi, do Conselho Indigenista Missionário, da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais, da FGV, da AMB, da ANPR, do Instituto de Fiscalização e Controle, da Operação Política Supervisionada, do DIAP, da Cfemea, do Observatório Social de Brasília, do Sindicato dos Jornalistas DF, da Ambev, da Febrafite, entre outros.